

FLORESTAN FERNANDES



O E N S I N O
A N T R O P O L Ó G I C O D E
F L O R E S T A N F E R N A N D E S

R e c o r d a ç ã o e s d e
u m e x - a l u n o

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA

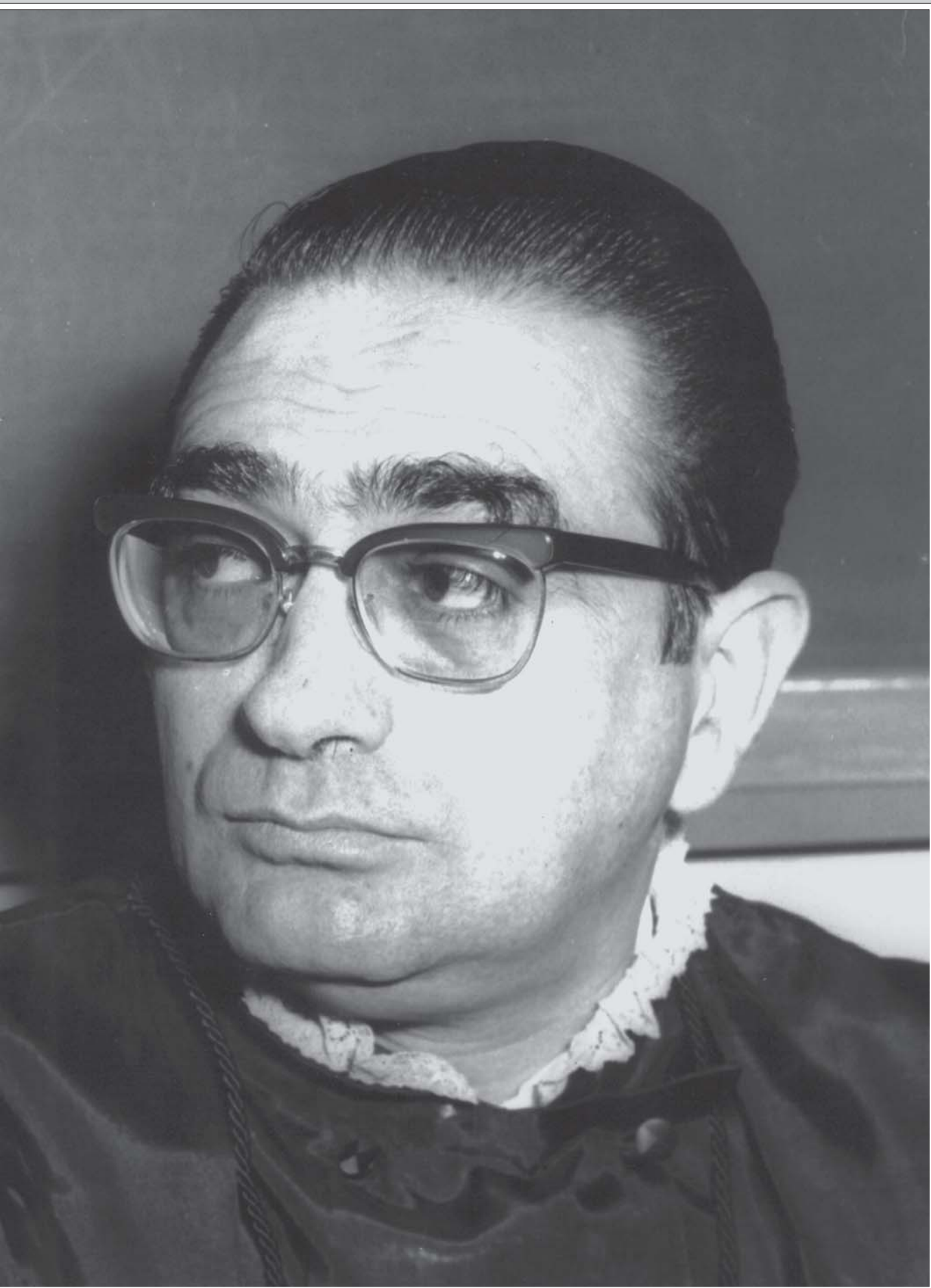
Convidado por José de Souza Martins a colaborar neste volume de homenagem a Florestan Fernandes, sinto uma certa dificuldade em escrever sobre um autor, que também foi meu professor (de 1950 a 1953), sem me referir ao nosso relacionamento pessoal (1). A escrita acaba tomando, assim, a forma de um depoimento. A evocação do encontro na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, ainda quando na rua Maria Antônia, do estudante de filosofia com o mestre, impõe-se com muita força em minha memória sempre que eu me deparo com o nome de Florestan Fernandes. Não posso deixar de me lembrar que meu direcio-

namento para as ciências sociais começou a se dar através de seus ensinamentos sobre Sociologia Geral e Sociologia Especial, e sobretudo pelos seminários em Sociologia das Relações Raciais e Sociologia Comparada (sendo que esta última disciplina era ministrada juntamente com Roger Bastide). Mas não falarei de mim, senão episodicamente e de maneira elíptica, pois o nosso personagem – de todos aqueles que foram seus alunos – é mestre Florestan Fernandes.

Os episódios que irei rememorar tanto quanto alguns de seus textos dos primeiros

tempos de sua atividade docente têm a intenção de destacar a dimensão antropológica de sua

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA é professor aposentado da Unicamp e presidente da Associação Latino-Americana de Antropologia (ALA). É autor de, entre outros livros, *Sobre o Pensamento Antropológico* (Tempo Brasileiro), *Etnicidad y Estructura Social* (Ciesas) e *Estilos de Antropologia* (Editora da Unicamp).



obra tanto quanto o seu papel de professor exemplar. Ou, com outras palavras, tentarei indicar alguns aspectos pontuais de sua obra que sustentariam o que poderemos chamar de um horizonte antropológico presente pelo menos em seu período de vida acadêmica. Como talvez seja essa a parte menos conhecida de sua atuação, seja como autor, professor ou pesquisador, creio que cabe lembrá-la e, especialmente, fazê-la mais amplamente conhecida pelas novas gerações. Mesmo porque, apesar da profusão de escritos relacionados com Florestan Fernandes – como recentemente o ensaio de Maria Arminda do Nascimento Arruda, “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘Escola Paulista’” (2), nos atesta –, entendo que sempre se pode acrescentar algo mais sobre o itinerário intelectual de quem foi incontestavelmente a figura mais marcante na construção da sociologia no Brasil – e não apenas em São Paulo – nesta segunda metade do século.

Mas em seu esforço de constituí-la entre nós, não deixou de dar uma expressiva contribuição à constituição de uma outra disciplina, a antropologia social, que pelo menos na década de 50 quase não tinha direito à cidadania acadêmica! Lembro-me que poucos falavam então em “antropologia social”, em que pese a passagem de Radcliffe-Brown por São Paulo, pela Escola Livre de Sociologia e Política, onde, aliás, foi professor do jovem Florestan. Antropólogos famosos nos anos 50, como Herbert Baldus ou Eduardo Galvão, olhavam com uma certa inquietação isso que se chamava de “antropologia social”. O primeiro, ao convidar Florestan Fernandes para organizar um simpósio no XXX Congresso Internacional de Americanistas (1954), não teve a coragem de classificar o simpósio como sendo de antropologia social, preferindo chamá-lo de “symposium etno-sociológico sobre comunidades humanas no Brasil”; e ainda o próprio Baldus quando recomendou meu nome a Alfred Metraux, como alguém que em sua opinião estava habilitado para estudar o parentesco e a organização social dos recém contactados Xetá, localizados em Santa Catarina, definiu-me como um “competente etno-sociólogo”, pois em sua forma de ver, apesar de bastante simpática ao meu

trabalho, não se arriscava em classificar um ex-aluno de Florestan como antropólogo ou, mesmo, como etnólogo *tout court*... E quanto a Galvão, certamente o primeiro PhD brasileiro em antropologia, formado pela Universidade de Columbia, não me esqueço de suas provocações sempre quando tinha a oportunidade de se dirigir a mim, nos primeiros tempos de minha vida profissional, chamando-me fraternal e ironicamente de “jovem antropólogo social”... Tudo isso conforma um cenário pouco predisposto a uma disciplina ou, melhor dizendo, a uma forma de exercitar a antropologia sócio-cultural com ênfase mais na ordem social do que na cultural, portanto mais vinculada à tradição europeia – francesa e britânica – do que à tradição norte-americana. Tradição europeia que inspirava o ensino do professor Florestan. Mas se o cenário não era especialmente propício ao recebimento da disciplina pelos antropólogos da época, a presença de Florestan era suficientemente marcante para contribuir para abrir caminho à sua implantação definitiva – o que ocorreria na década seguinte.

Gostaria de começar com minha experiência pessoal na relação aluno-professor: diria que a atração intelectual que ele exerceu sobre mim desde o nosso primeiro contato foi em razão da forma sofisticada que conseguia imprimir no trato de sua disciplina, a sociologia. Destaco inicialmente os seus *Apontamentos sobre o Problema da Indução na Sociologia*, cuja edição original é de 1954, ainda que o manuscrito seja de 1953 – quando eu ainda era seu aluno de graduação, embora matriculado no curso de Filosofia. É um texto que examina os aspectos epistemológicos da obra de Durkheim, de Weber e de Marx, demonstrando uma leitura cuidadosa sobre a questão da indução, principalmente em filósofos como Bacon, Kant e Hegel. Certamente isso se constituiu para mim num grande atrativo para acompanhar seus cursos – preponderantemente como estava interessado em questões de epistemologia das ciências humanas. Esse interesse se robusteceu ainda mais quando tive a oportunidade de ter acesso, em 1953, à sua tese de livre-docência que acabara de escrever, intitulada *Ensaio Sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociolo-*

1 As idéias que tomam aqui a forma de artigo foram originalmente apresentadas numa mesa-redonda organizada por Renato Ortiz, em homenagem póstuma a Florestan Fernandes, e realizada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp no dia 26 de setembro de 1995.

2 Ensaio incluído em: Sérgio Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, volume II, Idesp/Editora Sumaré/Fapesp, 1995, pp. 109-231.



Banca examinadora do concurso de Fernando Henrique Cardoso, em 1961 — da esquerda para a direita: Lourival Gomes Machado, Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes e Thales de Azevedo

gia. (Esses dois trabalhos seriam editados no seu celebrado *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, em 1959.) A propósito, devo dizer que essa tese serviu de texto central do curso que pude acompanhar durante os dois semestres de 53, ano de minha licenciatura. Como era apenas eu a cursá-lo, pois se tratava do único aluno de filosofia a solicitar um curso especial a ser oferecido no âmbito do curso de Ciências Sociais, as aulas passaram a ser ministradas na própria residência do professor — situada, aliás, na mesma rua em que eu, recém-casado, morava com meus sogros: na rua Nebraska, no Brooklin Paulista, o que evidentemente facilitava muito a ambos. A essa altura eu já estava suficientemente ligado ao professor para continuar a receber dele uma influência que me levaria, alguns anos depois, a fazer o doutoramento sob sua orientação. Esclareça-se que a seu convite — prática usual naquela época.

Em suma, posso dizer que passei a ler os textos mais antropológicos de Florestan Fernandes a partir de um interesse despertado por trabalhos que ele classificava como sendo da ordem de uma Sociologia Geral, em que questões de metodologia estavam postas juntamente com as de teoria. Suas duas teses,

A Organização Social dos Tupinambá (1949), de mestrado, e *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (1952), de doutorado, foram objeto de leitura interessada e diligente. Lembro-me de ouvir de Alfred Metraux os maiores elogios ao seu livro sobre a organização social, dizendo ser uma obra que ele, Metraux — o autor de *A Civilização Material dos Tupinambá* —, gostaria de ter escrito; e, sobre a função social da guerra, lembro-me de haver lido um entusiástico artigo-resenha de Robert Murphy, dizendo que Florestan Fernandes tinha recriado o método funcionalista por mostrar sua eficácia também no uso de dados bibliográficos e não exclusivamente na pesquisa de campo (o que para um funcionalista impenitente, como Radcliffe-Brown, seria inconcebível!).

Foi, portanto, nesse cenário, que convivi com Florestan Fernandes durante os anos universitários. Evocando agora o conjunto de seus trabalhos que se inserem ou tangenciam a minha disciplina de hoje, a antropologia, gostaria de mencionar algumas de suas preocupações que, a meu juízo, sinalizam a presença do ponto de vista antropológico em sua sociologia. Em primeiro lugar, cabe registrar sua sensibilidade, manifestada desde os

primórdios de sua formação, para a questão do folclore paulista que em nenhum momento assumiu teor de mera busca de sobrevivência; ao contrário, esse folclore foi o alvo de uma investigação onde Florestan Fernandes exercitaria pela primeira vez (como esclarece em sua magnífica autobiografia – publicada em *A Sociologia no Brasil*) os instrumentos da pesquisa empírica. Pode-se dizer, por exemplo, que seu estudo sobre as “trocinhas” do Bom Retiro se constituíram em sua primeira etnografia. Em seu próprio itinerário pessoal, Florestan repete uma trajetória que é comum em países europeus, como a passagem do folclore à antropologia. E seus estudos sobre Amadeu Amaral e Mário de Andrade (cf. capítulos, VIII e IX de seu livro *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*) mostram a quanto ia o seu interesse pelo folclore como importante expressão da vida social.

Em segundo lugar, gostaria de chamar a atenção para seu ensaio “Tiago Marques Aipobureu: um Borô Marginal”, escrito em 1945, portanto quando Florestan era ainda aluno do professor Herbert Baldus – que certamente o inspirou a retomar um tema que ele próprio havia desenvolvido em seu artigo, intitulado “O Professor Tiago Marques e o Caçador Aipobureu” (publicado na coletânea de Baldus *Ensaio de Etnologia Brasileira*, de 1937). Nesse trabalho Florestan realiza uma análise magistral sobre a complexidade da interação entre culturas distintas, geradora de marginalização psicológica e social. Um texto bastante esclarecedor sobre a natureza das relações interétnicas no Brasil indígena. Um terceiro ponto que eu gostaria de destacar – e talvez esteja aí a sua maior contribuição à metodologia da Antropologia Social – foi a investigação bibliográfica que realizou nas fontes quinhentistas e seiscentistas relativamente à sociedade Tupinambá. Claro que o resultado substantivo dessas investigações se encontra nas duas monografias a que já me referi, destinadas a teses acadêmicas. Mas seu ensaio exploratório da bibliografia compulsada, parece-me – para todos os efeitos – extraordinário. Estou me referindo ao texto “A Análise Funcionalista da Guerra: Possibilidades de Aplicação à Sociedade Tupinambá” (1949). Para mim a leitura desse

trabalho foi fundamental quando anos depois, ao me encontrar diante da tarefa de estudar os índios Terena em Mato Grosso do Sul, vi-me na contingência de dar conta da bibliografia setecentista e oitocentista relativa ao Chaco paraguaio, onde aqueles índios habitavam antes de migrarem para as terras do Mato Grosso do Sul. A crítica das fontes e a avaliação de sua consistência interna, realizada criativamente por Florestan, revelando simultaneamente a possibilidade de considerar dados fragmentários como suscetíveis de ampararem uma interpretação sincrônica dos mesmos, praticamente viabilizou minha intenção de construir um modelo da estrutura social da sociedade Terena, tomando como linha básica o período chaquenho daqueles índios aruaque. Nesse sentido, meu primeiro livro, *O Processo de Assimilação dos Terena*, editado em 1960, é a expressão mais direta de meu aprendizado etno-histórico com Florestan Fernandes. Mas creio que não é ocioso registrar – especialmente para o leitor interessado no ensino do professor – que esse primeiro livro sobre os Terena (que Florestan queria que eu já o apresentasse como tese de doutoramento e que somente deixei de fazê-lo por não me considerar ainda em condições de candidatar-me a um doutorado) – seria seguido, alguns anos depois, após minha segunda experiência etnológica, realizada com os Tukuna do alto rio Solimões (3), por minha tese doutoral sobre os mesmos Terena e com o título absolutamente florestanesco *Urbanização e Tribalismo: a Integração dos Índios Terena numa Sociedade de Classes* (1966; publicado em 1968 pela Zahar). Já aí era a sua tese de cátedra *A Integração do Negro à Sociedade de Classes* a influenciar o meu trabalho. E, se me reporto a escritos meus é para afirmar que meu aprendizado com Florestan não se limitou ao período de graduação; prosseguiu durante os primeiros tempos de minha vida profissional no Rio de Janeiro e intensificou-se a partir de minha decisão em aceitar sua oferta de realizar meu doutoramento sob sua orientação. E, que eu saiba, vale ainda lembrar que o segundo doutorando de Florestan, na área da antropologia social especificamente voltada para as sociedades indígenas, foi um ex-estudante meu,

3 O resultado da pesquisa seria publicado em *O Índio e o Mundo dos Brancos* e cuja primeira edição é de 1964, pela Difusão Européia do Livro.

Roque de Barros Laraia, com sua tese doutoral sobre os índios Tupi (hoje, meu colega e amigo Roque Laraia é professor emérito da Universidade de Brasília) (4). Como expressão de nosso reconhecimento ao orientador comum, ambos dedicamos a ele nossas teses tão logo foram editadas.

Mas retomemos os comentários sobre o que entendo como suas contribuições à antropologia social, agora com referência às suas pesquisas bibliográficas ainda relativas aos Tupinambá. Não posso deixar de mencionar a sua preocupação com o teor das relações interétnicas entre esses índios e os conquistadores. Como subproduto de suas investigações, elabora um interessante texto destinado à *História Geral da Civilização Brasileira*, de Sérgio Buarque de Holanda, que intitula “Os Tupi e a Reação à Conquista”. Nesse trabalho vemos sua preocupação em tratar a questão das relações interétnicas não no âmbito – corrente à época – da teoria de aculturação, mas em termos bem diferentes, como o de qualificar o contato entre índios e brancos como de pura *conquista*. Realmente, isso não era usual na etnologia brasileira, quando a tendência era examinar o processo de aculturação emergente do contato interétnico.

Porém, eu não devo concluir essas considerações sem aludir, ainda que brevemente, ao seu trabalho de crítica talvez o mais conhecido e utilizado pelos antropólogos: seu longo ensaio “Tendências Teóricas da Moderna Investigação Etnológica no Brasil”, publicado originalmente na revista *Anhemi*, nos anos de 1956 e 57. Não preciso dizer que é um trabalho de fôlego (como, aliás, tudo que Florestan Fernandes escreveu). Além de tratar da questão da formação de um padrão intelectual de trabalho científico entre nós, identifica um conjunto de focos de interesse teórico na antropologia que se fazia no Brasil até meados dos anos 50. É uma contribuição à formação de uma consciência da disciplina e que até hoje cumpre sua função elucidadora. Ademais, a considerarmos a leitura desse ensaio fora do Brasil, graças à sua versão em inglês, “Current Theoretical Trends of Ethnological Research in Brazil”, publicada na *Revista do Museu Paulista* (1959, pp. 7-

69), posso dizer que pelo menos o texto recebeu de um sociólogo como Talcott Parsons sinceros elogios quando, no início dos anos 70, tive a oportunidade de conversar com ele sobre Florestan, ocasião em que ele me perguntou sobre quem havia sido o *adviser* de meu doutorado. Não me lembro como Parsons também havia tomado conhecimento do livro *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, mas o certo é que demonstrou conhecê-lo, confessando ter ficado muito impressionado com o domínio demonstrado por Florestan relativamente à teoria sociológica; e satisfeito em ver sua obra – dele, Parsons, um dos autores mais citados – conhecida no Brasil. E o interesse de Parsons foi tanto maior quanto sempre foi o seu empenho em “unificar” as ciências sociais, como revela sua criação do Department of Social Relations da Universidade de Harvard, onde sociologia, antropologia social e psicologia social se cruzavam em interessantes pontos de articulação disciplinar. Essa me pareceu ser a razão maior de seu interesse sobre a obra de Florestan, um sociólogo que, como ele, percorria com muita facilidade diferentes campos das ciências sociais.

Costumo dizer que a atuação de Florestan Fernandes na academia permite classificar como carismático (5) todo o período em que, sob sua liderança incontestada, pôde-se observar o surgimento de uma comunidade profissional possuidora de uma base dotada de inequívoco padrão de qualidade no trabalho científico, tanto quanto de uma ética acadêmica bastante sintonizada com o momento histórico por que passavam as ciências sociais em nosso país. É verdade que isso tudo é bem sabido por todos nós que o conhecemos e mesmo para aqueles que somente o leram. Mas nunca será demais relembrarmos fatos como esses. O professor Florestan Fernandes, mercê de sua indiscutível competência e de sua conduta exemplar de verdadeiro *scholar*, construiu uma trajetória intelectual que, direcionada para a consolidação da sociologia entre nós, também não deixou de influenciar fortemente a pesquisa antropológica no Brasil. E agora, quando reverenciamos sua memória, nada me pareceu mais justo do que lembrar uma pequena parte de sua produtiva vida.

4 Publicado com o título: *Tupi: Índios do Brasil Atual*, Série Antropologia 11, FFLCH-USP, 1986. Florestan só não presidiu a Banca de Exame da Tese, substituído por Luiz Pereira, por haver sido aposentado, atingido pelo AI-5.

5 Cf. meu artigo “O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira?”, in *Anuário Antropológico*, 85, pp.227-46; republicado em minha coletânea *Sobre o Pensamento Antropológico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro-CNPq, 1988, cap.5.